

O PAPEL DA SEÇÃO DE ENSINO E INSTRUÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EXPANSÃO DO COMANDO DE POLICIAMENTO DE RONDAS DE AÇÕES INTENSIVAS E OSTENSIVAS

THE ROLE OF THE EDUCATION AND INSTRUCTION SECTION IN THE PUBLIC POLICY OF EXPANSION OF THE POLICE COMMAND OF INTENSIVE AND OSTENSIVE ACTION ROUNDS

Abraão Henrique Salgado Rosal¹

Stephany Emmnauely Bandeira dos Santos²

Roger Sherman Ferreira de Sousa³

Alexandre Oliveira Lima⁴

¹ Mestre em Engenharia de Telecomunicações atuando nas áreas de eletromagnetismo aplicado, gerenciamento de projetos, gestão ágil, assessoria e consultoria em tecnologia; docência no ensino superior e segurança pública. Especialista em Gerenciamento de Projetos; Gestão Pública e Advocacia no Direito Digital e Proteção de Dados. Bacharel em Engenharia de Telecomunicações e Bacharelado em Direito e Administração. Professor Universitário na UNIFANOR. Professor Universitário no Centro Universitário Estácio do Ceará vinculados ao departamento de Tecnologia da Informação; Professor responsável pelo Laboratório de Transformação Digital – LTD.

² Professora universitária nos cursos de Engenharia e Saúde da UNIFANOR WYDEN e Consultora de Alimentos, com atuação especializada em Gestão Estratégica e desenvolvimento de sistemas automatizados voltados para negócios do setor alimentício. Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com foco em produtos de origem vegetal e encapsulamento de compostos bioativos em carreadores lipídicos. Engenheira de Alimentos formada pela UFC. Possui sólida experiência em gestão de processos produtivos, docência no ensino superior e análises laboratoriais aplicadas ao controle de qualidade, avaliação centesimal e investigação de compostos bioativos. Atua na implementação de ferramentas gerenciais com foco na eficiência operacional, segurança alimentar e inovação tecnológica em indústrias e serviços de alimentação.

³ Bacharel em Segurança Pública (APMGEF/PMCE), Direito (UNICID) e Administração Pública (UECE). Especialista em Policiamento Comunitário (UFC) e Perícia Criminal (FIC). Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE). Oficial da Polícia Militar do Ceará.

⁴ Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Mestre em Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (2006) e Especialista em Gestão de Organizações de Saúde (2009), além de graduado em Administração de Empresa, pela Universidade Federal do Ceará (2002). Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Ministra as disciplinas Empreendedorismo no Setor Público, Contabilidade Pública, Orçamento Público e Auditoria e Controladoria no Setor Público.

1 Introdução

O Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) é a unidade responsável pelo policiamento especializado em motocicletas no âmbito da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE), o qual teve sua criação instituída em 2004 na cidade de Fortaleza/CE, tendo hoje seu protagonismo definido no âmbito da segurança pública cearense, sendo elemento central do programa de segurança pública do Governo do Estado, com sua implementação iniciada no governo do Governador Camilo Santana.

Com o desenvolvimento da política pública de segurança denominada de “O Pacto pelo Ceará Pacífico” a qual instituiu, dentre várias outras medidas, o processo de expansão do CPRaio, o qual teve início com a implantação da base RAIO na cidade de Juazeiro do Norte/CE em 2015 e hoje atinge sua última fase de expansão, contemplando 75 municípios cearenses, estando presente em todas as regiões do estado.

Com o objetivo de atender a demanda instituída pelo programa de política pública desenvolvido, foi aperfeiçoada a Seção de Ensino e Instrução no âmbito do CPRaio, a qual tem como objetivo desenvolver, implementar e analisar metodologias de gerenciamento pedagógico aos processos de formação inicial e continuada no seio da unidade, tendo a chancela da Academia Estadual de Segurança Pública (AESP) e da PMCE em suas ações educacionais de formação.

Como a busca da eficiência é um dos princípios explícitos da Administração Pública, preconizado na Constituição Federal de 1988, em seu Art.37, onde compreende-se que se impõe a todo o agente público o dever de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. Sendo um dos mais modernos princípios da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público, sendo o dever da eficiência correspondente ao dever da boa administração, a SEI positiva suas ações em respeito a esses princípios norteadores da boa administração pública (MEIRELLES, 1996).

Tendo a administração pública o dever de buscar de forma contínua pelo aprimoramento e qualidade dos seus serviços, visando assim alcançar sua missão precípua de melhor atender às reais necessidades da sociedade, a Gestão de Projetos se torna cada vez mais essencial para proporcionar efetividade, economicidade e eficiência na boa administração. O próprio conceito de projeto remete à ideia de planejamento e execução de tarefas de forma estruturada, por pessoal qualificado, com objetivo claro e definido, cronograma e orçamento conhecidos, além de estabelecimento de forma prévia de mecanismos de controle e indicadores para avaliação do desempenho. O gerenciamento de projetos apresenta a prerrogativa de ser um instrumento a serviço da governança, que preza em sua estrutura pelos princípios da efetividade, economicidade, eficiência, transparência e prestação de contas (PISA & OLIVEIRA, 2013).

Diante do exposto, pretende-se como resultado deste trabalho a exposição do papel da Seção de Ensino e Instrução do CPRaio na política pública de expansão da unidade.

2 Revisão bibliográfica

O embasamento teórico deste trabalho procura traçar um estreito entre temas diversos das ciências, trazendo em seu contexto heterogêneo conceitos relacionados a políticas públicas aplicadas a segurança pública, especialmente na temática de motopoliciamento, bem como, busca enfatizar a importância da gestão e do gerenciamento de projetos aplicado a administração pública na área pedagógica.

As políticas públicas se apresentam, por natureza, como uma resposta do Estado as demandas emergentes da sociedade, bem como, da sua própria estrutura. Tendo nas políticas pública a materialização da expressão do compromisso da administração público de atuação em determinadas áreas a diferentes prazos. Pode-se entender a política pública como:

Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual (DEGENNSZAHJ, 2000).

A compreensão do termo público é de fundamental importância para se entender o que é política pública, tendo vários autores análises diversas sobre o tema, tentando assim chegar em um mérito semelhante do conceito (CARVALHO, Salles, Guimarães, & UDE, 2003). O termo público, quando associado a política, não é uma referência exclusiva ao Estado, mas a coisa pública, ou seja, de todos e sobre os pressupostos isonômicos da aplicação uniforme da lei. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo ser controladas pelos cidadãos. Logo, a política pública expressa a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, as quais afetam todos (PEREIRA, 1994).

Políticas públicas são ações de Governo, logo, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010).

O processo de formulação de políticas públicas traz em seu contexto, de maneira formal e informal, identificação e priorização de necessidades e objetivos de interesse da coletividade, sendo medular em sua elaboração. Dentro desses parâmetros, depreende-se que as políticas públicas podem ser decifradas como ferramentas utilizadas pelo poder público para atender às demandas da sociedade. A sua relevância, importância, alcance e legitimidade junto à comunidade dependem da participação de

diversos atores, incluindo-se obrigatoriamente os profissionais que atuam na área, não impedindo ou limitando, de forma alguma, a participação social (SOUSA R. S., 2019).

A formulação da política pública refere-se ao processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema. Nesse segundo estágio do processo político-administrativo faz-se a identificação, o refinamento e a formalização das opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos no estágio de montagem da agenda (HOWLETT, RAMESH, & PERL, 2013).

Em governos democráticos o momento de desenvolvimento de uma política pública, é o momento ao qual o executivo terá a oportunidade de sair do campo das promessas e passar a corporificar seus projetos e programas de gestão, onde se buscará soluções técnicas para as mazelas ao qual as políticas públicas procuram combater. A cooperação, de forma ativa ou passiva de um corpo técnico, seja da administração pública ou de atores que atuem de forma voluntariosa, é de fundamental importância para elaboração de propostas capazes de contemplar de forma eficaz o campo abordado, delimitando assim o problema a construção de alternativas viáveis de solução, analisando e avaliando a relação custo-benefício e estabelecendo as prioridades a serem abordadas (SOUSA R. S., 2019).

Os dados obtidos através das estatísticas públicas, especialmente aquelas levantadas nos Censos Demográficos, têm sido fundamentais na formulação de políticas públicas nos três níveis de governo, ao permitirem a elaboração de diagnósticos socioeconômicos com uma ampla gama temática, detalhe territorial e comparabilidade histórica. Sendo essenciais para o dimensionamento de demandas sociais, proposição de políticas e programas e para orientação do investimento público e privado em infraestrutura urbana e serviços (JANNUZZI, 2017).

Em resumo, a fase de formulação é composta pelos processos de definição e escolhas dos processos que merecem a intervenção estatal, produção de soluções ou alternativas e tomada de decisões.

A implementação refere-se à execução das decisões adotadas na etapa prévia, sendo neste momento que a ideia sairá do papel e exteriorizará todo o seu potencial de resolutividade ao problema confrontado.

Implementação é um processo que se volta essencialmente para examinar as estruturas as práticas e o comportamento burocrático no momento em que a administração pública age buscando atender diretrizes legislativas ou executivas (PEDRO, 1986).

Na literatura o conceito do processo de implementação ainda goza de pouco consenso, mas para a grande maioria dos autores a implementação deve ser vista como um processo em evolução, pois novas circunstâncias estão sempre sendo enfrentadas, o que permite atualizar as ideias subjacentes à implementação. Em outras palavras, ao ser implementada, a própria política pode ser alterada, não sendo algo imutável ou estático.

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

Ao afirmar que a implementação é um trabalho de Sísifo, (PRESSMAN & WILDAVSKY, 1984) apresentam uma instigante metáfora da implementação – como pode a humanidade em algum momento terminar o seu trabalho? Somente se a vida social, com as suas contradições, nunca mudasse – o que é uma utopia, poderia a implementação ter um fim (NAJBERG, 2006).

A implementação das políticas públicas traz à tona a vontade da administração, descortinando para a coletividade os grupos que serão privilegiados ou suprimidos, visto que a execução de uma política pública é o meio mais acessível para influenciar o cenário atual ou futuro. Sendo nesse momento que se abre a possibilidade de analisar e constatar a efetividade da política pública em atender o interesse coletivo, considerando, dentre outros aspectos: suas incoerências, ambiguidades e incertezas (SOUSA R. S., 2019).

Como relatado in verbis por Luiz Pedone:

O estudo de implementação é complexo porque na prática não existe uma clara linha divisória entre formulação/decisão, e implementação. Na medida em que políticas são implementadas, são também formuladas. O processo de políticas públicas não é linear, mas considerado circular. O processo de políticas públicas é processo dinâmico, 'conectando problemas, objetivos de políticas governamentais, órgãos executores, implementação e grupos a serem atingidos pela ação governamental (PEDRO, 1986).

A legitimidade da existência do estado, dentre outras definições é apontada por sua capacidade de colocar políticas públicas em prática, materializando e dando vida concreta a elas. Como aponta (POLLITT, 2013), é por meio da implementação de serviços públicos que os governos constroem e fundamentam sua legitimidade, já que eles carregam em si a face mais exposta do estado. Analisar como esses serviços e políticas públicas são concretamente construídos por meio da ação prática de burocratas que transforma ideias abstratas em ações concretas é o grande objetivo desse campo que, dessa forma, tem muito a contribuir tanto teórica quanto empiricamente (LOTTA, 2019).

O desenvolvimento de novas ferramentas para a avaliação de políticas e programas governamentais assumiu grande relevância para as funções de planejamento e gestão dentro da administração pública. Apesar da existência de experiências anteriores, o interesse pela avaliação tomou grande impulso com a modernização da administração. A globalização propiciou o contato com o modelo de gestão moderno, existente em vários países desenvolvidos, fazendo com que de forma natural, a troca de conhecimento estimulasse a adoção de princípios de uma gestão pública inovadora, tais como a ideia de uma administração pública empreendedora, propiciando a transformações das relações entre Estado e sociedade (CUNHA, 2018).

A etapa de avaliação de políticas públicas é de grande relevância para subsidiar as decisões da gestão governamental, viabilizando a formulação e o planejamento de

políticas públicas, facilitando assim a sua readequação, na medida em que informa a necessidade de reformulações ou ajustes das ações, bem como, propicia uma melhor análise de suas decisões sobre a implementação, a manutenção ou a interrupção dessas ações (CUNHA, 2018).

O processo de avaliação de uma política pública ocorre a partir do momento em que seus efeitos são gerados, possibilitando assim a análise de indicadores que demonstrem em quais níveis as metas foram atingidas. Compreendendo a análise de avaliação das políticas a partir da visão dos beneficiários da política e não apenas das interpretações advindas dos idealizadores. À etapa de avaliação das políticas públicas buscará mensurar os erros e acertos da política pública executada, bem como analisar critérios relacionados à economicidade, eficiência, eficácia e a equidade na distribuição dos benefícios entre os destinatários de uma política pública (SILVA, Mota, Dornelas, & Lacerda, 2017).

O gerenciamento de projetos se apresenta como um conjunto de ferramentas gerenciais que, dentre outras funcionalidades, permitem que a empresa desenvolva um conjunto de habilidades, incluindo conhecimento e capacidades individuais, destinado ao controle de eventos não repetitivos, único e complexos, dentro de um cenário de tempo, custo e qualidade predeterminados (Guia PMBOK®, 2013).

Um projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. Ou seja, um projeto é tudo aquilo que precisamos realizar para gerar algo novo: seja uma casa, um sistema informatizado, um estudo/pesquisa, um trabalho de conclusão de curso, uma contratação ou um compra importante. Lembre-se que ser “temporário” significa que os projetos devem ter um início e um término definidos; não significa de curta duração. (Guia PMBOK®, 2013)

Os projetos são parte integrantes e fundamentais para as organizações, propiciando assim níveis organizacionais adequados a boa administração. Tendo aplicação em praticamente todas as áreas do conhecimento, se entranhando em trabalhos administrativos, estratégicos e operacional, tendo espaço até dentro da vida pessoal de cada um (VARGAS, 2005).

Diante da evolução da administração os entes governamentais emanaram suas próprias definições de projeto para adotar e difundir o gerenciamento de projetos no âmbito de suas três esferas. Assim o Governo Federal, ao editar o Manual de Elaboração do PPA 2012-2015 define projeto como:

Instrumento de programação que deve ser articulado e compatibilizado com outros, para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo. Os projetos podem criar ou ampliar atividades cujos impactos orçamentários devem ser previstos. A classificação como projeto só se aplica a ações com recursos orçamentários (BRASIL, Subsecretaria de Planejamento – SUBPL Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2012 – 2015, 2011).

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

O Governo Federal propicio através do Decreto nº 7.675, de 20 de janeiro de 2012 (BRASIL, Decreto 7.675, de 20 de janeiro de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil. , 2012), ao qual introduziu uma nova estrutura composta do Escritório de Projetos Especiais de Modernização da Gestão (ESPRO) atuando no âmbito da Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), no qual busca aparelhamento em trabalhos e projetos especiais e estratégicos na administração (PISA & OLIVEIRA, 2013).

As dificuldades apresentadas para a execução de projetos na administração pública motivam o desenvolvimento de ferramentas de gestão, buscando assim o enfoque no aprimoramento dos serviços públicos, trazendo a administração pública para a realidade gerencial moderna já desempenhada pelas empresas privadas, plantando uma nova cultura dentro da administração pública, focada na qualidade, na redução de custos, no controle orçamentário e na transparência de ações (PEDRON & KRONIG, 2016).

A violência urbana articula um complexo de práticas que constituem boa parte do conflito social nas cidades brasileiras, discutindo o uso de meios violentos à noção leiga de crime (a qual tem relação, mas não pode ser reduzida ao crime como figura do direito penal), enfatizando o quanto essa combinação ameaça permanentemente, e não apenas eventualmente, a integridade física e patrimonial das pessoas (SILVA L. A., 2010).

A violência urbana é um fenômeno de abordagem interdisciplinar, podendo ser analisado em diversos aspectos, tendo a possibilidade de ser estudada em termo de indivíduos, grupos, classes e instituições (OLIVEIRA, 2019) . Dentro deste conceito multidisciplinar, as instituições públicas se veem diante de um universo dinâmico e altamente mutável, sendo de fundamental importância, a adaptação rápida das instituições e suas políticas de enfrentamento.

A criminalidade se caracteriza por ser um fenômeno social que atinge todas as classes sociais, não apresentando limites geográficos e retratadas em diferentes proporções. Sendo descrita por (OLIVEIRA, 2019)

A criminalidade está associada a crime, cujo conceito material deve ser obtido na Ciência Jurídica, que o define como a conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal (MIRABETE, 1992). Assim, um fato considerado crime é jurídico, enquanto considerá-lo violento é social, então, nem toda violência é considerada crime pelo Direito Penal (BRITTO, 2017).

A natureza heterogênea das grandes cidades implica em uma ampla gama de comunidades, onde grupos e interesses são representados de formas diversas e conflitantes (OLIVEIRA, 2019). Embora essa heterogeneidade possa fomentar o cosmopolitismo e a tolerância (TUCH, 1987), também pode criar conflitos, dependendo do contexto mais amplo. A interseção frequente nas cidades entre heterogeneidade e

grandes desigualdades socioeconômicas aumenta o risco de conflito e violência (MONCADA, 2013).

O número crescente de motocicletas e veículos automotores nos grandes centros urbanos favorece o estrangulamento do trânsito, criando grande dificuldade de acesso, tráfego e mobilidade, principalmente nas regiões metropolitanas. As incidências criminais afetam drasticamente a vida das pessoas, tendo dentro desse contexto de violência urbana, especial destaque para os crimes cometidos com emprego de motocicletas e auxílio de passageiro (garupa). Os quais se tornaram rotineiros em vários municípios brasileiros, exigindo das forças de segurança o desenvolvimento de novas estratégias para prevenção desses delitos (NEVES A. J., 2010).

Dentro do contexto de combate a criminalidade, o desenvolvimento de um policiamento capaz de promover segurança pública em um contexto em que a mobilidade urbana se torna cada vez mais custosa e repleta de obstáculos é de fundamental importância para uma política de segurança pública eficiente.

A polícia americana foi a precursora no emprego da motocicleta no combate à criminalidade, inicialmente a o intuito era buscar a substituição dos cavalos em uma região árida e poeirenta de clima hostil. Tendo como modelo o americano, as polícias brasileiras iniciaram no século passado a ideia de se utilizar a motocicleta para o policiamento urbano, tendo a motocicleta importante papel no trânsito urbano brasileiro, ao qual sofre pelo não planejamento de suas cidades, provocando assim um crescimento urbano desordenado, propiciando inúmeros obstáculos para o policiamento tradicional.

O motopatrulhamento tem como objetivo fortalecer o policiamento ostensivo, dinamizar o atendimento de ocorrências, combater fortemente os crimes praticados por indivíduos em motocicletas, principalmente os delitos de porte ilegal de arma de fogo, tráfico de drogas, roubo, lesão corporal, homicídios dentre outros (Lima, 2015).

Diante da iniciativa, no Brasil a partir da década de 80, vários grupos com finalidades de prevenção a criminalidade com emprego de motocicletas foram instituídos, a exemplo da ROCAM – PMSP em 1982; GIRO – PMGO em 1998 e CPRAIO - PMCE em 2004, dentre inúmeros outros que possuem diretrizes doutrinárias similares (NEVES A. J., 2010).

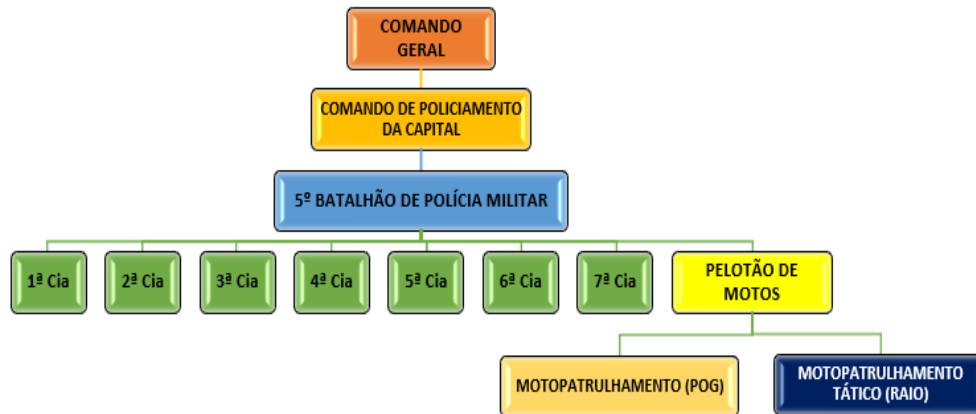
O policiamento com motocicleta apresenta características importantes para o enfrentamento da criminalidade urbana, encaixando-se perfeitamente no contexto de Segurança Pública nos municípios brasileiros.

O Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) foi fundado em 12 de março de 2004, inspirado no Grupamento de Intervenção Rápida Ostensiva (GIRO) da Polícia Militar de Goiás, que teve sua criação instituída no ano de 1998. A unidade teve em primeiro momento sua regulamentação normativa instituída através da nota de instrução nº 08/2004-PM/3 (CEARÁ P. M., 2004), no qual instituiu a criação do Grupamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO)

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

oriundo de uma fração das tropas do Pelotão de Motos do 5º Batalhão Policial Militar (SOUSA R. S., 2019).

Figura 1 – Estrutura inicial do CPRAIO

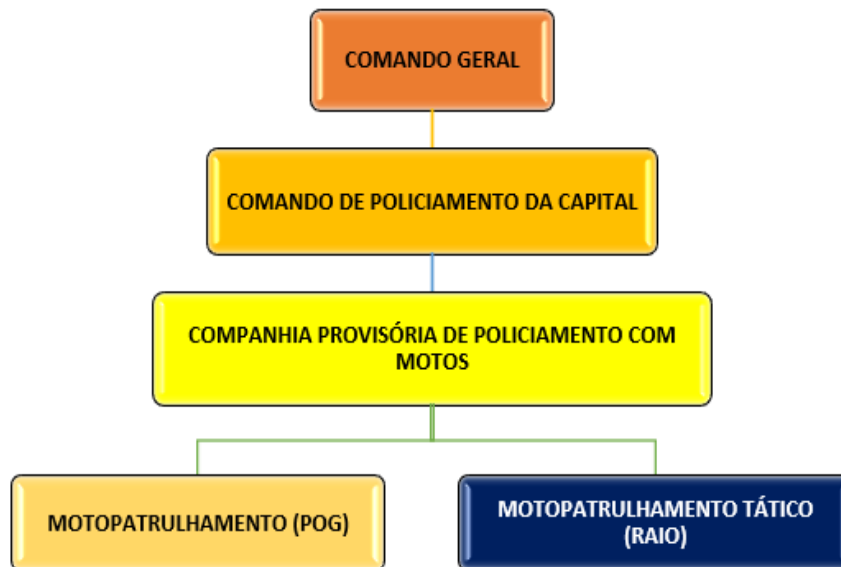


Fonte: Elaborado pelo autor

A unidade tem como missão atuar de forma suplementar ao policiamento ordinário, fortalecer o policiamento ostensivo e dinamizar o atendimento de ocorrências. Para isso, atua combatendo de forma dinâmica os crimes praticados por indivíduos em motocicletas, principalmente os delitos de porte ilegal de arma de fogo, tráfico de drogas, roubo, lesão corporal e homicídio. A unidade segue um padrão de atuação próprio, consubstanciado em uma doutrina forte e coesa com os princípios administrativos propostos pela unidade (SOUSA R. S., 2019).

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido no ano de 2011, o RAI atingiu a marca de um efetivo de pouco mais de 200 policiais, e teve a oportunidade de mudança de patamar dentro da estrutura organizacional da PMCE, sendo então elevado à condição de companhia independente (MEMÓRIA, 2021).

Figura 2- Estrutura do RAIO em 2011



Fonte: Elaborado pelo autor

Tendo logo em seguida, no ano de 2012 a sua reestruturação normatizada através da Lei Estadual nº 15.133, passando assim se chamar Batalhão de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (BPRAIO), sendo parte integrante da estrutura organizacional da PMCE (MEMÓRIA, 2021).

Figura 3 - Estrutura do RAIO em 2012



Fonte: Elaborado pelo autor.

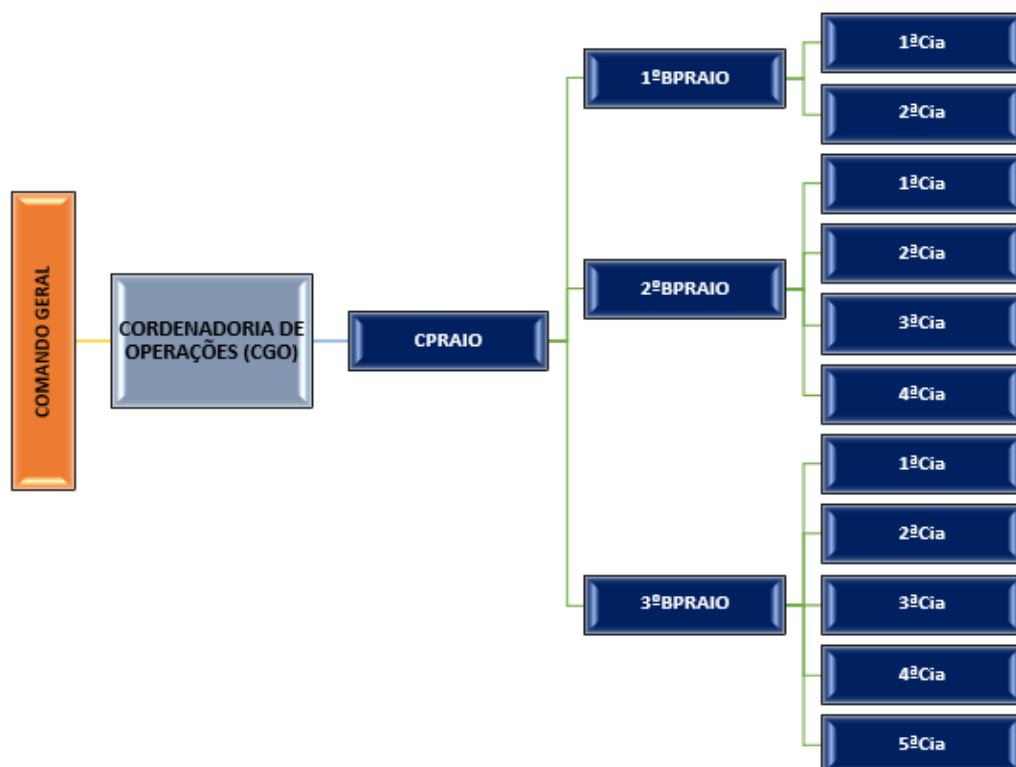
O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

Com a divisão proposta a unidade ficou subordinada diretamente ao Comando de Policiamento Especializado, o qual responde diretamente ao Comando Geral da Polícia Militar do Ceará, órgão máximo administrativo da instituição.

O programa de segurança pública desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, ao qual, dentre outras medidas, procurou ampliar as ações do CPRaio para todas as macrorregiões do estado, dando assim início ao processo de interiorização da unidade.

Os resultados expostos alavancaram a unidade ao status de grande comando, tendo assim sua designação atual adotada: Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas – CPRaio, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 32.974 de 18 de fevereiro de 2019, trazendo uma maior autonomia em suas ações (CEARÁ, DECRETO Nº 32.974 - ALTERA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DISPÕES SOBRE OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, 2019).

Figura 4 – Primeira estrutura organizacional do CPRaio

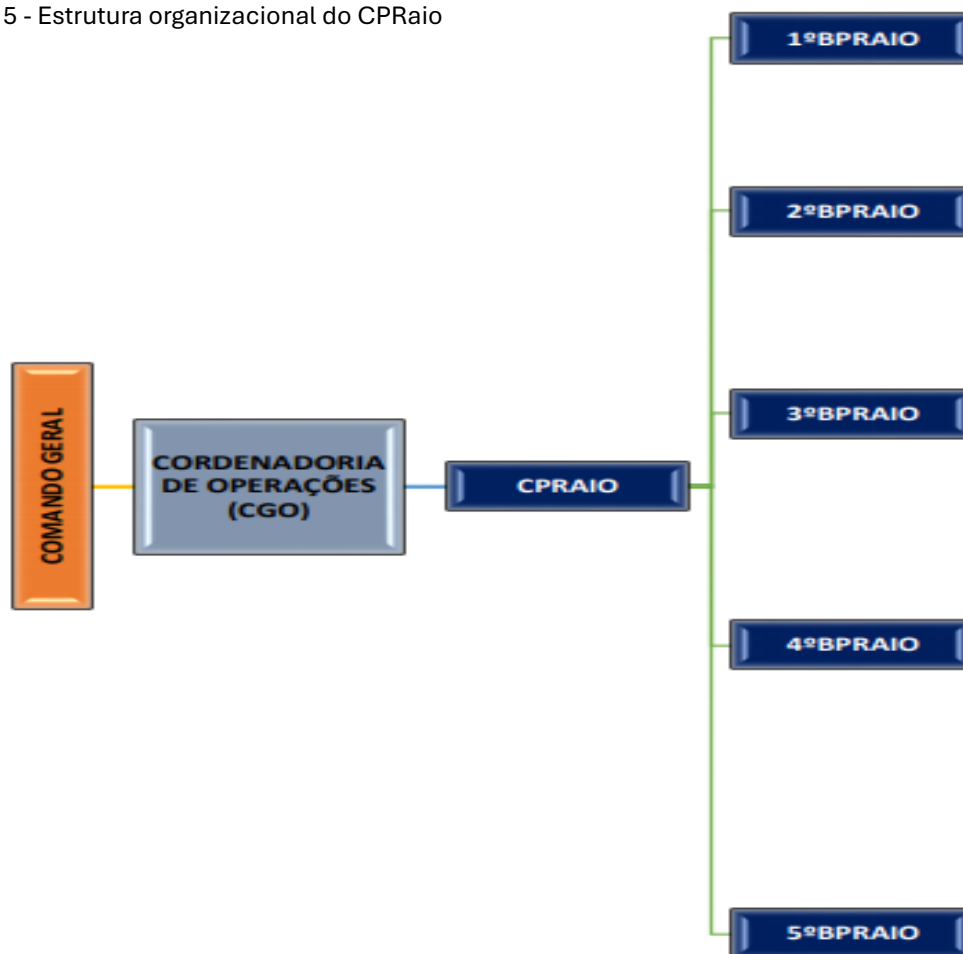


Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2021 a estrutura organizacional da PMCE foi alterada através de decreto, no qual, dentre outras medidas, alterou a disposição administrativa do CPRAIO, o subdividindo-o dos então 3 (três) Batalhões de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas para 5 (cinco) Batalhões (CEARÁ, DECRETO Nº 34.053, 2021).

Ainda em 2021 a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou o projeto de lei de nº 78/2021, encaminhado pelo governador Camilo Santana, o qual tornou o CPRaio estrutura permanente da PMCE.

Figura 5 - Estrutura organizacional do CPRaio

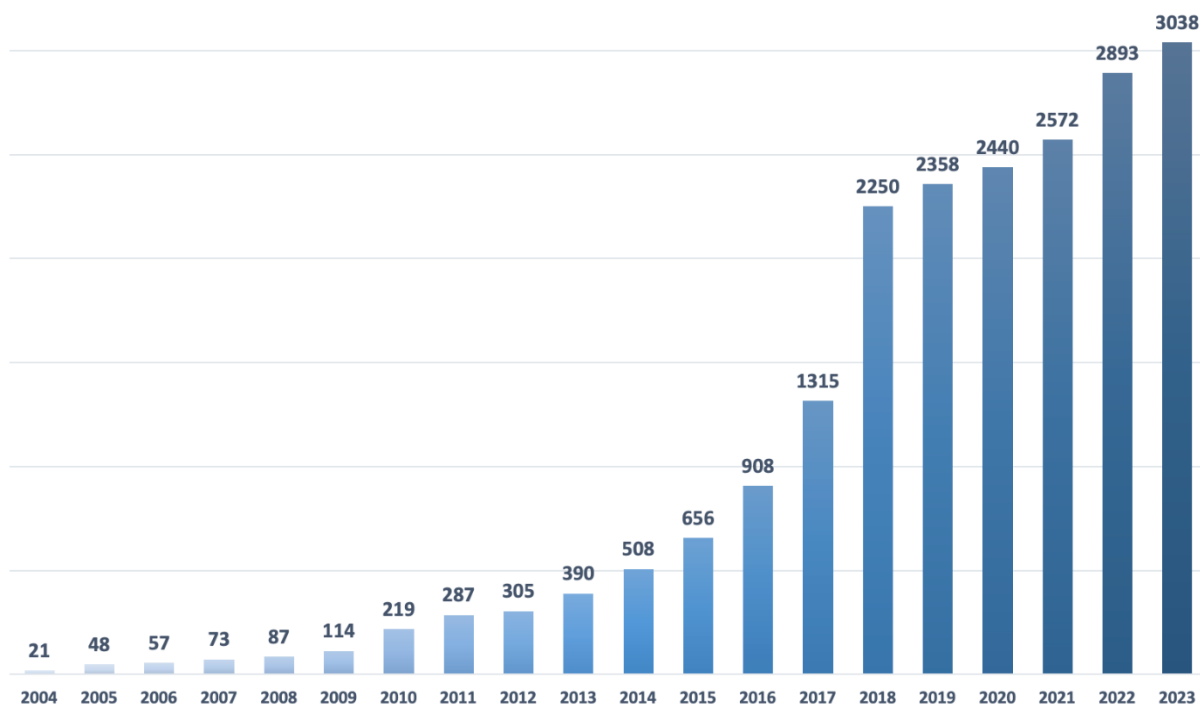


Fonte: Elaborado pelo autor

O CPRaio conta atualmente com 75 (setenta e cinco) bases inauguradas e com um efetivo de 3038 (três mil e trinta e oito) policiais, atendendo 85% da população cearense com o processo de policiamento.

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

Gráfico 1 - Evolução do efetivo do CPRAIO

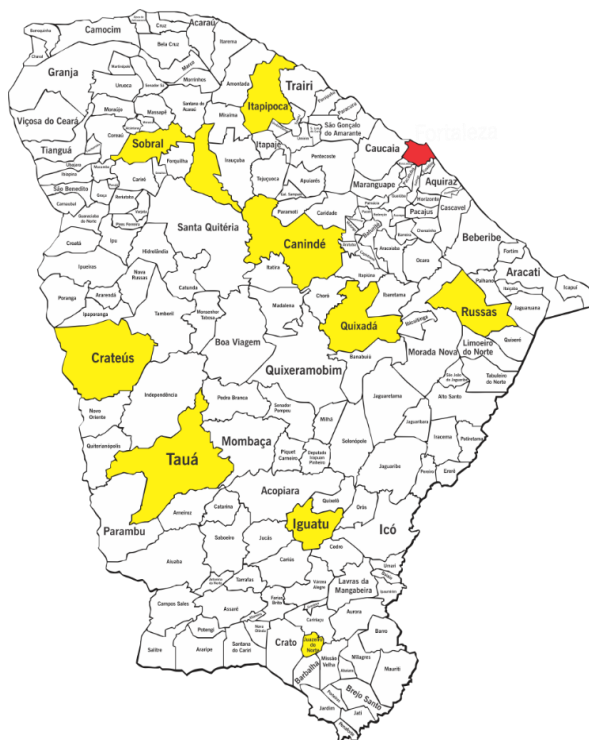


Fonte: Elaborado pelo autor.

A política pública na área de segurança pública desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, ao qual, dentre outras medidas, ampliou as ações do CPRAIO para todas as macrorregiões do estado, dando assim início ao processo de expansão e interiorização da unidade.

O processo foi dividido em quatro fases distintas, a primeira fase de expansão abordou a implantação de bases RAIO nas cidades de maior porte no interior, permitindo assim que a unidade esteja presente em cada uma das macrorregiões, sendo estas: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Russas, Quixadá, Iguatu, Itapipoca, Crateús, Tauá e Canindé.

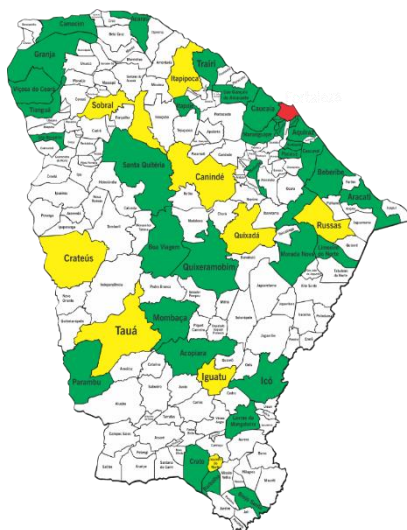
Figura 6 - Expansão da unidade em sua 1ª fase.



Fonte: (CPRAIO S. D., 2019)

Com o sucesso da política pública empregada, e os resultados positivos no combate a criminalidade, o processo de expansão continuou para a etapa seguinte, abrangendo assim na segunda fase de expansão, todas as cidades com mais de 50 mil habitantes.

Figura 7- Expansão da unidade em sua 2ª fase.



Fonte: (CPRAIO S. D., 2019)

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

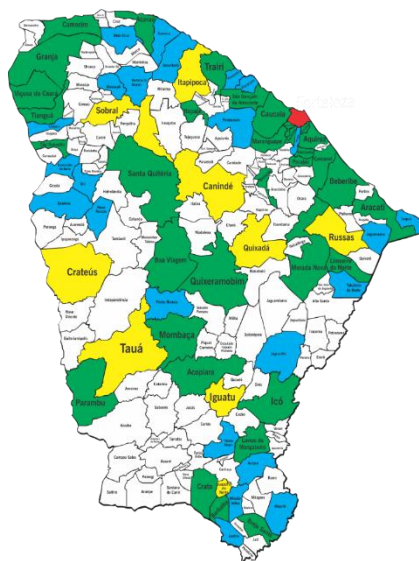
Tabela 1 - Cidades contempladas 2ª Fase

1	Maracanaú	9	Horizonte	17	Granja	25	Tianguá	33	Trairi
2	Caucaia	10	Aquiraz	18	São Benedito	26	Barbalha	34	Acopiara
3	Maranguape	11	Cascavel	19	Camocim	27	Itapajé		
4	Crato	12	Morada Nova	20	Brejo Santo	28	Boa Viagem		
5	Eusébio	13	Limoeiro do Norte	21	Pacajus	29	Parambu		
6	Acaraú	14	Quixeramobim	22	Pacatuba	30	S.G. Do Amarante		
7	Aracati	15	Icó	23	Santa Quitéria	31	Lavras da Mangabeira		
8	Beberibe	16	Mombaça	24	Baturité	32	Viçosa do Ceará		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A terceira fase de expansão, ao qual se encontra em fase final de execução, implantará o CPRaio a todos os municípios com mais de 30 mil habitantes, estando por fim presente em 66 municípios, um efetivo de aproximadamente 3.100 (três mil e cem) policiais treinados e capacitados, propiciando uma evolução significativa no combate à criminalidade do estado.

Figura 8 - Expansão da unidade em sua 3ª fase.



Fonte: (CPRAIO S. D., 2019)

Tabela 2 - Cidades contempladas 3ª Fase

1	Amontada	7	Itarema	13	Nova Russas	19	Tabuleiro do Norte
2	Bela Cruz	8	Jaguaribe	14	Paracuru	20	Ubajara
3	Guaraciaba do Norte	9	Jaguaruana	15	Paraipaba	21	Várzea alegre
4	Ipu	10	Massapê	16	Pedra Branca	22	Icapuí
5	Ipueiras	11	Mauriti	17	Pentecoste	23	Nova Russas
6	Itaitinga	12	Missão Velha	18	Santana do Acaraú	24	Messejana*

Fonte: Elaborado pelo autor.

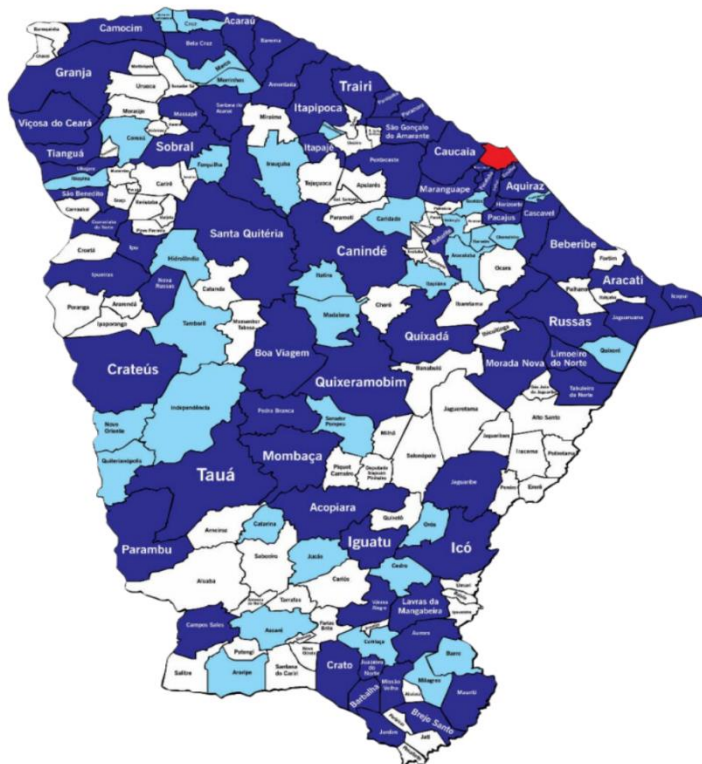
O projeto de expansão iniciado em março de 2015 propiciou o desenvolvimento e o aprimoramento da Seção de Ensino e Instrução do CPRAIO (SEI/CPRAIO), a qual tem como missão precípua gerir a seleção, qualificação e aperfeiçoamento de recursos humanos para o desempenho de atividades administrativas e operacionais no âmbito da unidade (SOUSA R. S., 2020).

Devido as peculiaridades inerentes a propositura da política pública e os diversos atores que interferem diretamente em sua propositura O terceiro e o quarto ciclo se condensaram.

O quarto ciclo do processo de interiorização do CPRaio, que abrange as cidades com mais de 25 mil habitantes, atingiu a marca de atendimento de mais de 80% da população cearense. Esse resultado foi estimulado e fortalecido pelos números operacionais alcançados, que demonstram a confiança da população na modalidade de policiamento implementada.

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

Figura 9 – Quarto Ciclo de Expansão



Fonte – Autor.

Tabela 3 - Cidades contempladas no Quarto Ciclo de Expansão

1	Jardim	7	Novo Oriente	13	Aracoiaba*	19	Cruz*
2	Tamboril	8	Forquilha	14	Guaiuba*		
3	Messejana (Descentralização)**	9	Redenção*	15	Independência*		
4	Chorozinho	10	Milagres*	16	Ocara*		
5	Campos Sales	11	Marco*	17	Cedro*		
6	Ibiapina	12	Caririaçu*	18	Senador Pompeu*		

*Cidades com datas indefinidas de inauguração.

**Descentralização da capital.

Fonte – SEI-P/3-CPRaio

A quarta fase de expansão está em andamento, e os proponentes da política pública estão constantemente avaliando sua eficácia. Os indicadores de sucesso incluem o aumento do índice de sensação de segurança nas regiões contempladas e a diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), que são o principal objetivo do policiamento implantado.

A Seção de Ensino e Instrução do CPRaio (SEI) tem a responsabilidade de selecionar, qualificar e aperfeiçoar recursos humanos para o desempenho de atividades administrativas e operacionais no âmbito do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas. (CPRAIO S. D., 2019)

A SEI prática uma visão pedagógica de desenvolvimento do padrão conceitual, técnico e atitudinal, propiciando aos integrantes deste grande comando oportunidades de aprimoramento pessoal e profissional, sempre alinhados as diretrizes estratégias e operacionais da PMCE.

O corpo docente selecionado juntamente a SEI/CPRAio e cadastrado obrigatoriamente na AESP/CE passa por uma avaliação criteriosa de suas habilidades técnicas, operacionais e pedagógicas, tendo o CPRaio hoje um corpo docente ativo de 70 instrutores, com experiência e expertise teórica e prática em motopatrulhamento tático.

A SEI traz dentro de sua rotina administrativas as atribuições elencadas:

Planejar, organizar e coordenar com base nas diretrizes dos escalões superiores, toda a instrução da unidade.
Organizar o registro da instrução de quadros.
Superintender a distribuição e o emprego dos meios auxiliares de instrução.
Manter atualizado o arquivo de toda a documentação de instrução, para facilitar consultas e inspeções.
Selecionar oficiais e as praças que devam ser matriculadas nos diversos cursos.
Elaboração de documentação Institucional.
Reunir dados que permitam ao comandante acompanhar e avaliar o desenvolvimento da instrução da unidade.

O setor conta com um quadro administrativo composto por oficiais e praças lotados no CPRaio e na 1ª Companhia do 1º Batalhão de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (1º Cia/1º BPRAIO), sendo responsável pelo gerenciamento administrativo pedagógica da unidade, respondendo diretamente ao comandante do CPRaio, não sofrendo assim interferências externas em suas funções.

A aplicação de uma metodologia moderna de administração, ligados de forma estreita ao gerenciamento de projetos, mecanismos de gestão ágeis e pessoal capacitado, propiciou o desenvolvimento de uma atividade pedagógica e gerencial única no bojo da instituição Polícia Militar do Ceará.

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

Dentro dos princípios modernos de gestão e em respeito aos princípios legais da administração pública, a SEI desenvolve suas atividades buscando a máxima eficiência dentro de seus processos, tendo a gestão de projetos, com enfoque gerencial administrativo em mecanismos de gestão ágil, ferramenta utilizada para o desenvolvimento de suas atividades com presteza e celeridade, respondendo de forma eficaz a demanda dos órgãos da administração pública, principalmente em cenários de implementação de políticas públicas, a qual depende, em tese, de interesses difusos dos entes envolvidos.

As técnicas de gestão ágil facilitam a organização de tarefas complexas e estruturadas, com prazos certos e indeterminados para acontecimento, sendo de fundamental importância o uso de diversos mecanismos de gestão para atingir esse objetivo. Dentro desse contexto as ferramentas utilizadas são descritas na Tabela 04.

Tabela 4 – Ferramentas de gestão ágil utilizada pela SEI

	Característica
SCRUM	Traz como característica um time pequeno com um ambiente integrado e objetivado a criar um incremento ao final de um ciclo, sendo multitarefas e multifuncionais (MEDEIROS, 2015).
KANBAN	Técnica visual que se utiliza de ferramentas visuais para o acompanhamento de rotinas, impactando na redução de custos e aumento da produtividade, colaborando para uma ideia de gestão eficiente e controlada (SILVA & Anastácio, 2018).
TRELLO	Ferramenta de gerenciamento de atividades em listas que podem ser ajustadas de acordo com as necessidades do usuário. Utiliza-se das ideias do sistema Kanban, sendo um método que puxa a produção e o estoque a partir de cartões (JUNIOR, Pereira, SCHROEDER, & DOLCI, 2019).
ACCES	O Access é um Sistema de Gestão de Bases de Trazendo forte capacidade de gerenciamento e controle de informações em um banco de dados robusto e de manuseio simplório (CALDEIRA, 2004).
EXCEL	Editor de planilhas produzido pela Microsoft para computadores, sendo uma ferramenta robusta e popular para administração de dados em uma linguagem simples.
POWER BI	É uma coleção de serviços de software, aplicativos e conectores que trabalham juntos para transformar suas fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e interativas (MICROSOFT, 2023).

Fonte: Elaborado pelo autor.

A utilização desses mecanismos possibilita a manutenção dos projetos desenvolvidos pela SEI de forma performática, buscando sempre a máxima eficiência da administração e seus recursos.

2 Métodos

O trabalho busca descrever os resultados da gestão desenvolvido pela Seção de Ensino e Instrução do CPRaio (SEI) no contexto da ampliação do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio), buscando o enfoque nos anos de 2017 a 2022, período em que se tem maior intensidade na política públicas de expansão da unidade.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (MINAYO, 1988).

Os dados colhidos são oriundos do banco de dados da SEI/CPRaio e da seção administrativa da unidade, realizado através de método exploratório de busca, tendo sido realizado uma juntada de documentações publicadas em boletins internos, apresentações institucionais e estudos realizados no âmbito da própria SEI/CPRaio. Os resultados obtidos foram incorporados a um banco de dados, de onde foram analisados em seu aspecto quantitativo.

3 Resultados e discussão

O estudo apresentado analisa o papel da Seção de Ensino e Instrução do CPRaio (SEI), elencando os fatores motivadores e preponderantes de suas ações e deixando nítido sua capacidade de gerenciamento de recursos no âmbito administrativo/pedagógico da PMCE. Com forte enfoque na capacitação de efetivo para atuação no Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio). As informações foram coletadas através de análises documentais e de banco de dados do CPRaio.

Os recursos a disposição da SEI propicia a realização de suas atividades de forma a atender a demanda atribuída, a Tabela 5 traz o quadro de materiais a disposição da coordenação, os quais são empregados quase que exclusivamente na realização do Curso Especial de Policiamento com Motocicletas (CEPM).

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

Tabela 5 – Logística empregada no CEPM

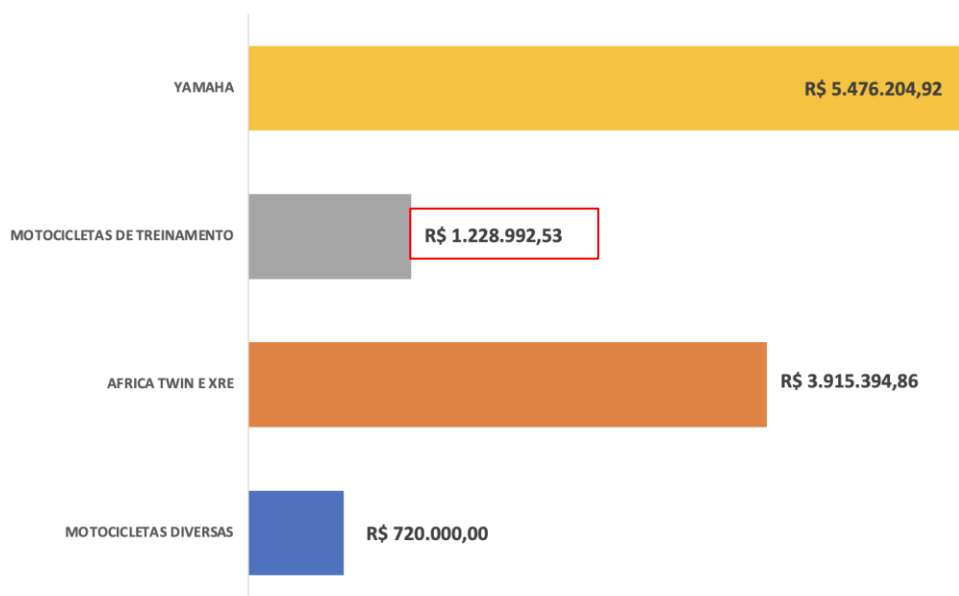
VEÍCULOS	MOTOCICLETAS	120
	VTR DE APOIO	02
ARMAMENTO	FUZIL	04
	ESPINGARDA 12 GA	10
	CARABINA	10
	PISTOLA	18
	SIMULACROS DE PISTOLA	30
	SIMULACRO DE FUZIL	20
MUNIÇÃO	.40	140 DISPAROS POR ALUNO
	CALIBRE 12	50 DISPARO POR ALUNO
	FUZIL 556	10 DISPARO POR ALUNO
CORPO DOSCENTE	70 INSTRUTORES	
OUTROS	CONES	180
	BARRACAS	04
	TATAMES	02

Fonte: Elaborado pelo autor.

O CPRaio conta atualmente com um quantitativo total de 1.641 (mil seiscentos e quarenta e uma) motocicletas, sendo que do total, 120 (cento e vinte) motocicletas se encontram exclusivamente à disposição da SEI em suas atividades pedagógicas.

O Gráfico 2 demonstra a parcela de investimento aplicado as motocicletas até o ano de 2021, com enfoque na manutenção das motocicletas para as atividades de treinamento desenvolvidas pela SEI, fazendo um paralelo com o investimento global realizado na unidade no mesmo período.

Gráfico 2 – Custo de manutenção de motocicletas CPRAIO

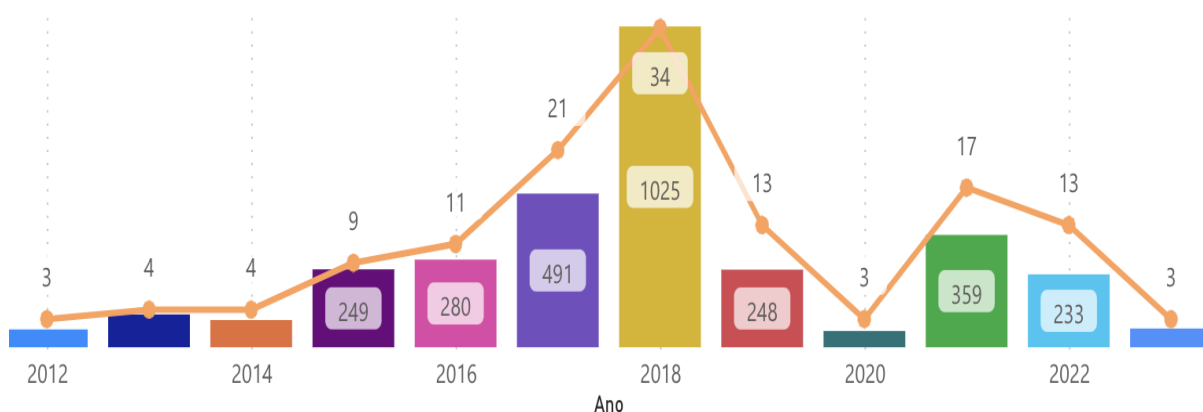


Fonte: Elaborado pelo autor.

O investimento realizado, somente com as 120 (cento e vinte) motocicletas de treinamento, peça fundamental para habilitar o policial em pilotagem de motocicletas de alta cilindrada, representa em média 11% do valor total investido em manutenção de veículos duas rodas pela unidade, demonstrando um dos fatores de excelência do CEPM - material de treinamento em plena condição de uso.

Com um volume de curso impulsionado com a intensificação da política de expansão da unidade, a partir do seu primeiro ciclo de expansão, ocorrida em 2015, acentuaram-se as atividades realizadas pela SEI, propiciando fortes resultados acadêmico, administrativo e pedagógico, como demonstrados nos Gráficos 6.

Gráfico 3 – Turmas x Discentes Formados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a necessidade latente de formação mediata de efetivo qualificado, sem a perda da identidade da unidade, o planejamento estratégico da SEI se voltou quase que exclusivamente para a coordenação do Curso Especial de Policiamento com Motocicletas (CEPM) e sua crescente de cursos, ao qual, como demonstrado nos Gráficos 6, tendo seu pico ocorrido no ano de 2018 - ano de maior intensificação de lançamento de novas sedes RAIIO.

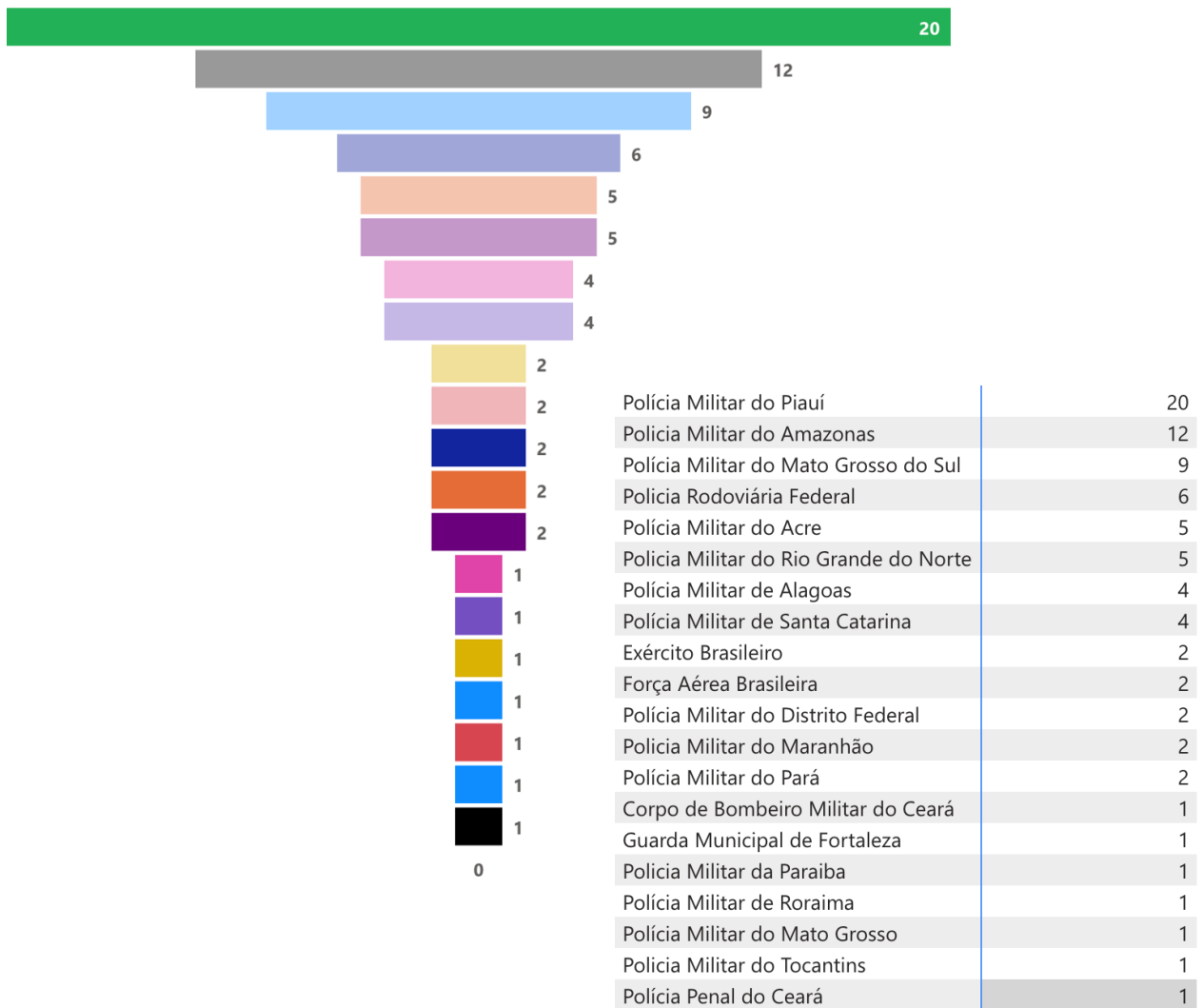
O planejamento estratégico, alinhado a mecanismos modernos de gestão, propiciaram números expressivos de discentes formados, chegando até a atualidade a sua 135ª edição, com um número de 3246 (três mil duzentos e quarenta e seis) discentes formados, sendo sua grande maioria de policiais militares cearenses.

O reconhecimento nacional da forte doutrina da unidade e de seus resultados operacionais impulsionaram a procura de instituições coirmãs e congêneres para

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

intercâmbio técnico operacional em motopatrulhamento tático, demonstrando assim a capacidade de exportação de conhecimento desenvolvida pela SEI na coordenação do CEPM. Totalizando até o presente momento um quantitativo de 82 profissionais capacitados através da doutrina de motopatrulhamento tático do CPRaio.

Gráfico 7 – Instituição coirmãs e congêneres formados pelo CPRaio



Fonte: Elaborado pelo autor.

A qualificação do efetivo pela SEI representa, até o presente momento, aproximadamente 13% do efetivo atual da Polícia Militar do Cear, tendo uma estimativa em chegar a 15% do efetivo.

Os resultados obtidos pelo trabalho técnico administrativo da SEI reflete de forma direta e indireta na qualificação do efetivo geral da PMCE, expandindo uma doutrina de

policciamento especializado e técnico em motopolicciamento, com conceitos modernos de motopolicciamento, que, respeitando os ditames legais, técnicos e operacionais, trazem de forma implícita segurança operacional e jurídica para seus aplicadores.

Considerações finais

O estudo analisou o papel da SEI em um cenário estratégico no âmbito do executivo estadual - a política de segurança pública cearense. Procurando relacionar o papel exercido pela SEI no contexto de gestão, gerenciamento e coordenação dos cursos de formação continuada, peça fundamental para formação técnica operacional do efetivo do Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas.

Procurando elencar os pontos importantes de desenvolvimento de uma política pública, a importância do gerenciamento de projetos no âmbito da administração pública, o impacto do motopatrulhamento no Brasil e o atual papel do CPRaio como exportador de conhecimento.

Os números de discentes formados, dentro de uma doutrina técnica e especializada de motopatrulhamento tático, mostra a importância do projeto gerido, proporcionando a qualificação técnica/operacional de aproximadamente 13% do efetivo ativo da Polícia Militar do Ceará.

Através do fortalecimento de um intercâmbio técnico com as instituições congêneres e coirmãs o CPRaio expandiu sua doutrina para fora das fronteiras estaduais, alcançando diversos estados da federação, tornando-se assim exportadora e formuladora de doutrina em motopatrulhamento tático no âmbito nacional, sendo o CEPM ferramenta de exportação nacional de doutrina de motopatrulhamento tático.

Os recursos disponibilizados pelo executivo, o auxílio administrativo e financeiro da Academia Estadual de Segurança Pública, a cooperação técnica da Polícia Militar do Ceará, o gerenciamento moderno da SEI, o comprometimento da equipe administrativa e o empenho do corpo docente, proporcionam qualificação técnica operacional dentro dos quadros da Polícia Militar do Ceará, resultados revestidos em resultados operacionais e com forte impacto na sensação de segurança da sociedade contemplada com o processo de policiamento.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Aparecida de Moura e Santana, Héctor Valverde. Avaliação de políticas públicas versus avaliação de impacto legislativo: uma visão dicotômica de um fenômeno singular. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Direito e Mundo Digital, 2017, Vol. 7, 3.

BRASIL. **Decreto 7.675**, de 20 de janeiro de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil. . Brasília : s.n., 2012.

—. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP**. 2011.

—. **Subsecretaria de Planejamento – SUBPL Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2012 – 2015**. 2011.

BRITTO, C. Q. **Violência e Homicídios Relacionados ao Tráfico de Drogas, em Uberlândia – MG**. 2017.

CALDEIRA, Filipe. **Introdução aos Sistemas de Gestão de Bases de Dados Microsoft ACCESS**. 2004.

CARVALHO, Alysson, et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte : s.n., 2003.

CEARÁ, ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO. 2013. PORTARIA Nº650/2013 – DG/AESP/CE; REGULAMENTA O PROCESSO DE PAGAMENTO DE HORAS-AULAS. 2013.

CEARÁ, GOVERNO DO ESTADO DO. **DECRETO Nº 32.974** - ALTERA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DISPÕES SOBRE OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ. 35, 2019, Vol. 3.

—. **DECRETO Nº 34.053** - ALTERA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DISPÕE SOBRE OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ. 105, 2021, Vol. 3.

CEARÁ, POLÍCIA MILITAR DO. **BOLETIM DO COMANDO GERAL**. Fortaleza : s.n., 2004. 47.

—. **Normas gerais de organização, preparo e emprego do CPRAIO. Boletim do Comando Geral da Polícia Militar do Ceará**. 204, 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. 2009. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa**. 2009, Vol. 7.

CPRAIO. AJUDÂNCIA DO COMANDO DE POLICIAMENTO DE RONDAS DE AÇÕES INTENSIVAS E OSTENSIVAS. **Livro eletrônico de controle administrativo de pessoal e material**. 2021.

CPRAIO, SEÇÃO DE ENSINO E INSTRUÇÃO DO. **Projeto de expansão do CPRAIO**. 2019.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS: tendências recentes e experiências no Brasil**. 2018, 12.

Abraão Henrique Salgado Rosal; Stephany Emmanuely Bandeira dos Santos; Roger Sherman Ferreira de Sousa; Alexandre Oliveira Lima

DEGENNSZAHJ, R. R. **Desafios da Gestão Democrática das Políticas Sociais**. Brasília : s.n., 2000.

Guia PMBOK®. **UM GUIA DO CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS (GUIA PMBOK®)**. s.l. : GLOBALSTANDARD, 2013.

HOWLETT, Michael, RAMESH, M. e PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2013.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas : s.n., 2017.

JUNIOR, et al. **LIMITAÇÕES DIGITAIS E SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NA EFETIVIDADE DO USO DO SITE TRELLO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE UMA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL**. Rede-Revista de Educação a Distância. 2019, Vol. 6.

LIMA, Kelly Christine Silva de. **Avaliação da Exposição ao Ruído Ocupacional em Policiais Militares do Motopatrulhamento**. 2015.

LOTTA, Gabriela. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília : Enap Escola Nacional de Administração Pública, 2019.

MEDEIROS, D.B. Working and Playing with Scrum. **International Journal of Software Engineering and Knowledge Engineerink**. 2015, Vol. 25.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo : s.n., 1996.

MEMÓRIA, Lucas. **Assembleia aprova inclusão do CPRaio como estrutura permanente da PMCE**. 2021.

MINAYO, M.C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 1988.

MIRABETE, J. F. **Manual de direito penal**. São Paulo : Atlas, 1992.

MONCADA, E. **The Politics of Urban Violence: Challenges for Development in the Global South**. Studies in Comparative International Development. 2013.

NAJBERG, Estela. **Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas**. 2006.

NEVES, Alex Jorge das. **GT VI – DOCTRINA NACIONAL DE POLICIAMENTO COM MOTOCICLETAS**. BELÉM-PA : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA-DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS, 2010.

OLIVEIRA, JAMILLY FERREIRA. **MAPEAMENTO DA CRIMINALIDADE NA CIDADE DE FORTALEZA/CE. CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA ECOLÓGICA**. 2019.

PEDRO, Luiz. **Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas**. s.l. : Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas

PEDRON, Gerson e KRONIG, Rosângela. **Gerenciamento de Projetos: O Desafio da Modernização da Administração Pública**. FaSCi-Tech. 2016, Vol. 1, 6.

PEREIRA, Potyara A. P. **Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e consequências**. Brasília : NEPPS/CEAM/UnB, 1994.

PISA, BEATRIZ e OLIVEIRA, ANTONIO. **Gestão de Projetos na Administração Pública: Um instrumento para o Planejamento e Desenvolvimento**. Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. 2013, Vol. 2.

POLLITT, Christopher. **New Perspectives on Public Services**. Place and technology. Oxford : Oxford University Press, 2013.

PRESSMAN, Jeffrey e WILDAVSKY, Aaron. **Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland**. California : University of California Press, 1984.

Rodrigues, Marcus Vinícius Lima. **ANÁLISE DO TREINAMENTO DO GRUPO ESPECIALIZADO EM PREVENÇÃO MOTORIZADA OSTENSIVA RÁPIDA NA 10ª REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR**. 2013.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. Publifolha. 2010.

SILVA, Allan Gustavo Freire da, et al. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**. 2017, Vol. 11.

SILVA, Jessica Belém da e Anastácio, Francisca Alexandra de Macedo. **Método Kanban como Ferramenta de Controle de Gestão**. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*. 2018.

SILVA, L. A. M. **Violência Urbana, Segurança Pública e Favelas – O caso do Rio de Janeiro atual**. Caderno CRH. 2010.

SOUSA, ROGER SHERMAN FERREIRA DE. **Manual descritivo da Seção de Ensino e Instrução do CPRAIO**. 2020, Vol. 1.

SOUSA, Roger Sherman Ferreira de. 2019. **DIAGNÓSTICO DE COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO: O PERFIL ORGANIZACIONAL DAS RONDAS DE AÇÕES INTENSIVAS E OSTENSIVAS**. 2019.

TUCH, S. A. **Urbanism, Region, and Tolerance Revisited: The Case of Racial Prejudice**. *American Sociological Review*. 1987.

VALLE, André Bittencourt do, et al. **Fundamentos do Gerenciamento de Projetos**. Rio de Janeiro : FGV, 2014.

VARGAS, Ricardo Viana. 2005. **Gerenciamento de Projetos (6ª edição)**. s.l. : Brasport, 2005.

Abraão Henrique Salgado Rosal; Stephany Emmnauely Bandeira dos Santos; Roger Sherman Ferreira de Sousa; Alexandre Oliveira Lima

Como citar esse trabalho:

ROSAL, Abraão Henrique Salgado; SANTOS, Stephany Emmnauely Bandeira dos; SOUSA, Roger Sherman Ferreira de; LIMA, Alexandre Oliveira. O papel da seção de ensino e instrução na política pública de expansão do comando de policiamento de rondas de ações intensivas e ostensivas. **Duna: Revista Multidisciplinar de Inovação e Práticas de Ensino**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 66-93, abr./jun. 2025.